

Brasília, 11 de fevereiro de 2026

Seleção

Sumário

CNN Brasil Online

Terça-feira, 10 de fevereiro de 2026 | Patentes

Farmacêuticas nacionais criticam PL de quebra de patente do Mounjaro 3

IT Forum

Terça-feira, 10 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Se a IA aprende com tudo, o que ainda pode ser "novo" em patentes? 4

Jota Info

Terça-feira, 10 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Governo Lula deve manter distância da discussão sobre quebra de patente do Moun... 6

Metrópoles Online

Terça-feira, 10 de fevereiro de 2026 | Direitos Autorais

Ecad cobra dívida milionária de cidades mineiras no Carnaval 8

MSN Notícias

Quarta-feira, 11 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | Anvisa

Ministro de Lula diz por que governo é contra quebra de patente do Mounjaro 10

Consultor Jurídico

Terça-feira, 10 de fevereiro de 2026 | Marco regulatório | INPI

Proteção de indicações geográficas no acordo Mercosul e UE 11

Farmacêuticas nacionais criticam PL de quebra de patente do Mounjaro



O Grupo FarmaBrasil, que representa 12 indústrias do ramo no Brasil, defende que a proteção das patentes é essencial para garantir segurança jurídica

O Grupo FarmaBrasil, que representa 12 indústrias farmacêuticas nacionais, criticou projeto de lei que permite a **quebra de patente** dos medicamentos Mounjaro e do Zepbound. Nesta segunda-feira (9), a Câmara dos Deputados decidiu acelerar a tramitação da matéria.

A associação vê a proposta como um "equívoco" e considera que a proteção patentária é essencial para garantir segurança jurídica, previsibilidade e sustentar o desenvolvimento tecnológico da indústria farmacêutica brasileira.

"Somos a favor das **patentes** com prazo de proteção de 20 anos, sem extensões indevidas. O instrumento do licenciamento compulsório já é previsto na legislação brasileira nos termos do Acordo

TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de **Propriedade Intelectual** relacionados ao Comércio) e não se justificam novas medidas legais no contexto atual", afirma o presidente do Grupo FarmaBrasil, Reginaldo Arcuri.

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta segunda-feira (9), a urgência do projeto que propõe a quebra da patente do Mounjaro e Zepbound. Os dois medicamentos são indicados para controle do diabetes, mas também usados para o tratamento da obesidade.

O Projeto de Lei nº 68/2026 é de autoria do deputado Mário Heringer (PDT-MG). A proposta declara de interesse público os medicamentos, o que permite que seja decretada a **quebra de patente** prevista na legislação.

"Ocorre que o preço comercial desses medicamentos é simplesmente impeditivo aos objetivos de uma medicina de massa, que precisa, hoje, tratar mais da metade da população adulta de um país que ultrapassa os duzentos milhões de habitantes", justifica o deputado Mário Heringer (PDT-MG).

Segundo o parlamentar, nem o SUS (Sistema Único de Saúde) consegue comportar a incorporação desses medicamentos em virtude do elevado custo, muito menos o cidadão comum é capaz de arcar com valores que "ultrapassam o próprio salário-mínimo nacional".

Se a IA aprende com tudo, o que ainda pode ser "novo" em patentes?



Há uma provocação que eu tenho ouvido com frequência em conversas com CIOs, CTOs e líderes de produto: se a inteligência artificial cria conteúdo e soluções e estas soluções alimentam as múltiplas bases de dados e referências usadas para criar soluções novas, em breve o que será realmente novidade desde um ponto de vista de soluções tecnológicas descritas nas patentes?

A pergunta é ótima porque expõe um "curto-circuito" comum: confundir o método (usar IA para gerar possibilidades) com o objeto de proteção (a contribuição técnica, no caso de patentes). A inovação sempre se apoiou em estado da técnica, literatura, produtos no mercado e experiências anteriores. O que muda, agora, é a escala, a velocidade e a facilidade de chegar perto de soluções parecidas.

A consequência prática? Em vez de "matar" a novidade, a IA torna a novidade mais disputada e exige que empresas tratem a proteção da **propriedade intelectual** como parte do processo de desenvolvimento - não como etapa final.

O novo não é a IA, é a forma de provar a contribuição técnica

Do ponto de vista jurídico, patentes continuam obedecendo aos critérios clássicos: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. O ponto central é que, com IA, dois vetores ficam mais intensos:

O estado da técnica ficou "maior" e mais acessível:

Ferramentas de busca semântica, mineração de patentes e análise automatizada tornam mais rápido e preciso o trabalho de que um examinador (ou um concorrente), que provavelmente passará a encon-

trar mais anterioridades relevantes, em menos tempo. Isso eleva a régua: aquilo que antes poderia "passar" por ser pouco conhecido, será rapidamente localizado e usado no processo de decisão sobre a sua novidade, ou em uma oposição ou disputa. A fronteira entre "algoritmo" e "solução técnica" fica mais sensível:

No mundo real, muitas criações e soluções tecnológicas estão sendo desenvolvidas tendo a IA é parte integrante da invenção e da solução do problema técnico específico que a invenção resolve. O caminho tradicional é proteger uma invenção baseada em programas de computador como um método ou sistema que leva a uma solução técnica com efeito técnico verificável (por exemplo: melhoria mensurável de processamento, uso de sensores, compressão/eficiência, segurança, redução de erro em um processo industrial, otimização de rede etc.). Será que continua válida essa abordagem?

No Brasil, o debate ganhou tração com a Consulta Pública do **INPI** (nº 03/2025) para diretrizes específicas de exame em pedidos de patente relacionados à IA.

A discussão do "inventor IA" já foi testada em diversos lugares e, hoje, a linha predominante é clara: IA não pode ser indicada como inventora. O próprio **INPI** já se posicionou nesse sentido. No mesmo sentido, há decisões e posicionamentos na Europa (EPO) e no Reino Unido (caso DABUS). Nos EUA, o USPTO publicou diretrizes para inventorship em invenções assistidas por IA (com revisões mais recentes), reforçando que a análise de inventoria se mantém centrada na contribuição humana.

Então, o que é "novo" em patentes quando há IA envolvida? É novo, sobretudo, o padrão de evidência e governança que vira necessário para sustentar a patente:

Rastreabilidade da contribuição humana: quem definiu o problema, as restrições, escolheu abordagens, avaliou resultados e tomou decisões técnicas?

Registro do caminho experimental: versões, hipóteses testadas, falhas, trade-offs, métricas de ganho.

Gestão de dados como ativo: se dados e pesos de modelo são centrais para o desempenho, frequentemente a estratégia ótima combina patente + segredo industrial + contratos (e não apenas "depositar uma patente e pronto"). A própria WIPO recomenda mitigação de risco e governança ao adotar IA generativa, inclusive em direitos além de copyright e marcas.

Em termos simples: a IA não "cria" a **patente** - ela muda o quanto você precisa estar preparado para explicar, delimitar e provar a invenção.

A novidade não morreu, ela ficou mais "auditável"

Volto à pergunta inicial. Se a IA aprende com múltiplas bases, o que é novo? Novo é aquilo que, mesmo em um oceano de referências, entrega uma

solução técnica delimitável e justificável (patentes), ou uma configuração visual específica, ornamental e distinguível (**desenhos industriais**).

A IA não elimina a inovação. Ela elimina a informalidade. Para empresas de tecnologia, isso se traduz em uma recomendação objetiva: tratem **propriedade intelectual** como infraestrutura de produto. Versionamento, trilha de decisão, política de uso de modelos, contratos com fornecedores e um funil claro de "invenções e designs registráveis" passam a ser tão estratégicos quanto backlog, segurança e arquitetura.

Governo Lula deve manter distância da discussão sobre quebra de patente do Mounjaro



Nesta segunda-feira (9/2), parlamentares aprovaram requerimento de urgência para o projeto que declara o medicamento como de interesse público

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve manter distância da discussão em curso na Câmara dos Deputados em torno da patente do Mounjaro, da farmacêutica Eli Lilly. Nesta segunda-feira (9/2), num movimento que surpreendeu a indústria farmacêutica, parlamentares aprovaram o requerimento de urgência para o projeto que declara o medicamento como de interesse público - o primeiro passo para a licença compulsória.

A aprovação com ampla margem de votos abre a perspectiva de que rapidamente o projeto ganhe um relator e seja colocado em pauta no plenário da casa. A indústria farmacêutica se esforça para que a votação não ocorra nesta semana. Não há, contudo, indicativos de que o governo trabalhará de forma explícita para retardar a tramitação. A estratégia deverá ser, num segundo momento, tentar barrar o avanço do projeto no Senado.

Com notícias da Anvisa e da ANS, o JOTA PRO Saúde entrega previsibilidade e transparência para empresas do setor

Proposto pelo deputado Mário Heringer (PDT-MG), o PL reúne diversos ingredientes para agradar o eleitor. Uma eventual quebra de patente poderia trazer esperança para baratear um medicamento que já ingressou no imaginário popular. Indicado para controlardiababetes 2, obesidade e apneia obstrutiva

do sono, o Mounjaro é muito usado por pacientes que desejam perder peso.

Apesar do apelo popular, a proposta traz uma série de armadilhas. A começar de sua real necessidade. O projeto surge às vésperas do fim da patente do Ozempic e do Rybelsus, medicamentos feitos com o princípio ativo da semaglutida e que, assim como Mounjaro, são indicados para tratamento de diabetes e para controle de peso. É esperada em breve, portanto, a chegada de versões genéricas destes dois medicamentos, mais baratas, aumentando a oferta e acesso aos produtos.

O simples fato da expectativa de versões genéricas de "canetas emagrecedoras", como ficaram conhecidas, poderia, em parte, enfraquecer o discurso da necessidade do licenciamento compulsório. Mas há outro ponto relevante: um licenciamento compulsório não significaria a chegada rápida de versões genéricas do Mounjaro no mercado. Há quem afirme que o desenvolvimento do produto não é simples. Seria necessário técnica, muito mais do que vontade, para colocar o produto na prateleira.

O Brasil aprovou a licença compulsória uma única vez para medicamentos: o do Efavirenz, em 2007, usado para tratamento de pacientes com HIV-Aids. O recurso sempre foi considerado importante pelo governo, mas uma ferramenta para uso em casos extraordinários, quando há emergências ou falta de produtos. Não é o que parece o momento. Deputado da base aliada, Jorge Solla (PT-BA), afirma: "Há tantos medicamentos importantes que o SUS gasta milhões. Será, de fato, que está caracterizada a urgência de um análogo de GLP-1 agora?", questiona.

O governo reconhece que para ir contra a maré do apelo popular, sobretudo num ano eleitoral, é preciso cautela. Por isso, pensa qual seria a melhor estratégia a se adotar. Há um outro fator complicador, não menos importante. Eli Lilly, produtora do Mounjaro, tem sua sede nos Estados Unidos. Para alguns observadores, uma eventual ameaça de licença compulsória poderia estragar a relação com o governo norte-americano, num momento em que o esforço de aproximação começa a trazer resulta-

dos.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

Quando o governo Trump anunciou que iria elevar a taxa de produtos brasileiros, surgiu a apreensão de que o governo brasileiro pudesse retaliar, com eventual licenciamento compulsório. Esta possibilidade, no entanto, nunca foi de fato considerada, sobretudo pelo Ministério da Saúde. Entre técnicos, há a percepção de que uma medida como esta viria acompanhada de muito desgaste para poucos resultados práticos - não há como baratear medicamentos de forma rápida com este tipo de recurso.

O Ministério da Saúde deve buscar um discurso neutro. Sobretudo pelo fato de que há, no Congres-

so, um movimento que vai justamente na direção contrária a da que foi proposta pelo deputado mineiro. Representantes da indústria reforçam o pedido para que parlamentares criem mecanismos que ampliem o prazo de patente para medicamentos, numa espécie de compensação para eventuais atrasos no reconhecimento deste direito pelo **INPI**. Um projeto de lei neste sentido foi apresentado no ano passado (PL 5810/2025). Surge, então, a deixa para o governo garantir a neutralidade. A posição seria de respeito às regras hoje existentes, tanto para garantir as patentes, quanto a chegada de genéricos.

Ecad cobra dívida milionária de cidades mineiras no Carnaval



Órgão afirma que as administrações municipais deixam de repassar valores referentes à execução de músicas no Carnaval há mais de 10 anos

O Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) acusa as prefeituras de Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais, de não repassarem valores referentes aos **direitos autorais** de músicas tocadas durante eventos públicos de Carnaval. Diante da situação, o órgão afirma que pretende acionar judicialmente os municípios.

Segundo o Ecad, as duas administrações municipais estão inadimplentes há anos. Em Ouro Preto, os pagamentos relacionados às festas carnavalescas não seriam feitos há cerca de 20 anos. Já em Mariana, a dívida se acumula há mais de uma década.

4 imagens Fechar modal. 1 de 4 Carnaval de Mariana em 2025 Reprodução/Prefeitura de Mariana (MG) 2 de 4 Carnaval em Ouro Preto (MG) Patrick Araújo/Prefeitura de Ouro Preto 3 de 4 Carnaval de Mariana em 2025 Reprodução/Prefeitura de Mariana (MG) 4 de 4 Ouro Preto

A cobrança tem como base a Lei dos **Direitos Autorais** (Lei nº 9.610/98), que prevê a necessidade de autorização e remuneração aos autores sempre que obras musicais forem executadas publicamente, inclusive em eventos gratuitos. Com isso, o Ecad estima que a dívida de Ouro Preto chegue a R\$ 2 milhões, enquanto a de Mariana se aproxima de R\$ 1 milhão.

"Os dois municípios mineiros estão inadimplentes com os **direitos autorais** de música há muitos Carnavais", diz a nota. "Esse é um pagamento que deve ser efetuado por organizadores e promotores de eventos como qualquer outro serviço, como montagem de palco, iluminação, cachês e outros."

Enio Medeiros, gerente regional do Ecad em Minas Gerais, afirma que o órgão tentou negociar com ambas as prefeituras, sem sucesso. No caso de Ouro Preto, ele diz que houve um acordo em 2025, com parcelamento da dívida, mas que os valores não teriam sido pagos.

"Já a prefeitura de Ouro Preto chegou a firmar um acordo judicial no ano passado e, mesmo depois do parcelamento dos valores, não cumpriu com o que ficou definido e continua inadimplente em outros eventos", declarou.

A legislação prevê que os **direitos autorais** sejam pagos sempre que músicas forem reproduzidas em locais de frequência coletiva. O pagamento pode ocorrer antes da realização do evento ou posteriormente, quando o cálculo depende do público presente.

Ouro Preto conta com mais de 25 blocos na programação oficial de 2026, além de desfiles e programação musical. Já Mariana, que contabiliza 15 blocos nos dias de folia deste ano.

O órgão também alega que a inadimplência se estende a outras festas públicas promovidas pelas prefeituras ao longo do ano. Segundo o Ecad, em eventos gratuitos, o valor a ser repassado é calculado com base no custo musical, que inclui despesas com som, montagem de palco, cachês de artistas e outros gastos.

"A questão é que as duas prefeituras mineiras não disponibilizaram seus contratos", afirma o comunicado. "Do total arrecadado, 85% são repassados a compositores e artistas, os verdadeiros donos e criadores das obras musicais."

As prefeituras de Ouro Preto e Mariana foram procuradas, mas não se manifestaram até a publicação

Continuação: Ecad cobra dívida milionária de cidades mineiras no Carnaval

desta matéria.

Ministro de Lula diz por que governo é contra quebra de patente do Mounjaro



O debate sobre as canetas emagrecedoras voltou ao centro das discussões em Brasília após a Câmara aprovar, em regime de urgência, um projeto que permite a **quebra de patentes** de medicamentos à base de tirzepatida. No entanto, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, foi categórico nesta terça-feira (10/2): o governo não deve seguir por esse caminho.

+ Depois do Carnaval, aliados esperam uma reviravolta no caso Bolsonaro

Segundo Padilha, a decisão é estritamente técnica e acompanha a orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS), que - apesar de reconhecer a importância dos medicamentos no combate à diabetes tipo 2 e à obesidade - não recomenda que países adotem licenciamento compulsório dessas tecnolo-

gias. "Vamos continuar seguindo a orientação da organização", reforçou o ministro. Estratégia é ampliar produção e reduzir preços por vias legais

Embora tenha descartado a quebra das patentes, Padilha explicou que o governo já trabalha em outras frentes para tornar os medicamentos mais acessíveis. De acordo com ele, a **Anvisa** abriu editais para atrair novas empresas interessadas em produzir remédios semelhantes ainda este ano, ampliando a oferta no mercado.

Outra aposta da gestão federal é o fim iminente da patente de um dos medicamentos usados para o mesmo fim. A proteção expira legalmente em março, o que deve permitir a entrada de novos fabricantes e, consequentemente, a redução dos preços. "Somos contra a extensão da patente. Queremos aproveitar essa oportunidade legal para ter mais produtores no mercado brasileiro", explicou o ministro.

Com isso, o governo espera equilibrar acesso, preços e segurança técnica, sem abrir mão do alinhamento com as diretrizes internacionais.

+ BBB26: Comportamento de Babu diante de Paredão chama a atenção de rivais Solange Couto reage ao descobrir traição

O clima pesou de vez no BBB 26. Solange Couto abriu o jogo dentro da casa sobre uma traição que a sister só veio a saber recentemente - e o golpe teria vindo justamente de quem ela mais confiava !

Proteção de indicações geográficas no acordo Mercosul e UE



Proteção concedida por indicação geográfica pode trazer uma série de benefícios para o território, como a preservação das tradições locais

Opinião Proteção de indicações geográficas no acordo Mercosul-UE exige cautela

Após mais de 25 anos de negociações em busca de uma parceria entre a União Europeia (UE) e o Mercosul, finalmente temos um acordo que busca criar a "maior zona de livre comércio do mundo, com 700 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto de 20% do PIB global", segundo destacou a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, no encontro entre autoridades europeias e latinas em janeiro deste ano [1].

Isac Nóbrega/PR

Inicialmente, deve-se esclarecer que a UE já é o segundo maior parceiro do Mercosul, respondendo por quase 15% das exportações totais de bens do bloco para a Europa [2]. Contudo, o objetivo desses blocos é ir além da simples liberalização tarifária. Os dois instrumentos concluídos, o acordo de parceria Mercosul-UE e o Acordo Comercial Interino (iTA), visam ampliar o acesso a novos mercados de bens e serviços, como agricultura, automotivo, farmacêutico e químico, além de fortalecer a cooperação em áreas como desenvolvimento sustentável, meio ambiente e ação climática, transformação digital e direitos humanos.

Para tais acordos entrarem plenamente em vigor, eles ainda devem passar por uma série de aprovações internas, tanto no Parlamento Europeu como

nos Estados-membros da UE quanto nos Estados-partes do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e

Uruguai). Apesar de ainda haver um caminho grande a percorrer, é importante observar que os acordos já recolocaram no centro do debate internacional temas relevantes, como questões regulatórias, ambientais, culturais e, principalmente, as ferramentas de proteção ao direito de **propriedade intelectual** e de valor agregado de produtos agroalimentares, como as indicações geográficas (IGs).

Uma das grandes mudanças relevantes no setor agroalimentar mundial, nos últimos anos, foi, sem dúvida, a criação das indicações geográficas. Trata-se de um mecanismo jurídico de proteção, no âmbito do direito de **propriedade intelectual**, que permite distinguir certos produtos ou serviços de outros similares no mercado, por meio de um signo distintivo baseado no nome geográfico.

Essa distinção ocorre, normalmente, em razão da origem geográfica desses produtos, que lhes atribui determinadas características, qualidades, reputação, valor intrínseco ou identidade própria. No setor agroalimentar, são produtos agrícolas como vinho, queijo, café, banana e tantos outros, que apresentam uma condição única decorrente de recursos naturais do local de produção, como solo, vegetação e clima ou do saber-fazer específico dos produtores daquele território (know-how ou savoir-faire), construído social e coletivamente ao longo da história [3].

A proteção concedida por uma IG pode trazer uma série de benefícios para o território, como a preservação das tradições locais, a diferenciação dos produtos e serviços com valor agregado, além de melhorar o acesso ao mercado e promoção do desenvolvimento regional, beneficiando produtores, prestadores de serviço e consumidores. Nesse sentido, discutir, regular e negociar indicações geográficas significa debater modelos de desenvolvimento, normativas e formas distintas de compreender a relação entre produtos, territórios e cultura.

Trata-se de um tema sensível que articula direito da **propriedade intelectual**, políticas públicas, patrimônio cultural alimentar e outros interesses econô-

nicos, culturais e comerciais relevantes. Quando incorporadas a um acordo internacional, como o acordo Mercosul-UE, as IGs deixam de operar

apenas como um instrumento técnico-setorial e

passam a ocupar um espaço estratégico de transferência normativa e redefinição das regras do comércio agroalimentar internacional. Não por acaso, o acordo prevê o reconhecimento e a proteção de numerosas indicações geográficas europeias, incluindo proibição de usos indevidos, imitações e evocações [4].

Proteção, contudo, não é neutra nem simétrica

Ela reflete uma realidade institucional específica: na União Europeia, as IGs integram um sistema normativo maduro e consolidado, sustentando políticas públicas estruturadas, consórcios de produtores e mecanismos de controle e fiscalização, que hoje abarcam mais de 3.500 produtos registrados entre alimentos, vinhos e bebidas espirituosas [5].

Spacca

Já nos países do Mercosul, ao contrário, observa-se uma disparidade significativa. O Brasil, por exemplo, encerrou o ano de 2025 com apenas cerca de 150 indicações geográficas reconhecidas pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** [6], em um contexto no qual as políticas territoriais de desenvolvimento associadas às IGs permanecem ainda incipientes e desigualmente distribuídas.

Assim, se as indicações geográficas (IGs) podem representar um instrumento estratégico de desenvolvimento territorial e de inserção no comércio internacional (especialmente para regiões rurais, a agricultura familiar e cadeias produtivas tradicionais), isso dependerá diretamente das condições institucionais, técnicas e políticas que sustentam sua implementação.

Quando adequadamente estruturadas, as IGs têm potencial de agregar valor aos produtos, fortalecer identidades locais e viabilizar acesso a nichos de mercado qualificados. O panorama atual, porém, exige cautela: nem todos os países-partes dispõem das mesmas capacidades estatais, políticas e mecanismos de apoio aos produtores no mesmo grau, e tais discrepâncias podem limitar o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo acordo, além de aprofundar desigualdades estruturais entre Norte e Sul globais.

Nesse sentido, o debate sobre indicações geográficas no contexto Mercosul-UE explicita uma tensão manifesta: a coexistência entre uma política de desenvolvimento e proteção europeia sofisticada e carências institucionais e produtivas que caracterizam os países do Sul global. Trata-se de um tema que ultrapassa a dimensão estritamente comercial, envolvendo disputas em torno de formas de valorização cultural e estratégias de desenvolvimento territorial. O desafio, portanto, não reside apenas na ampliação do número de IGs reconhecidas, mas sobretudo na construção de instrumentos e políticas capazes de serem apropriadas e adaptadas às realidades sociais, culturais e produtivas de cada país.

Para os países do sul global, tal disparidade faz com que as IGs corram o risco de se tornarem apenas mais um instrumento de proteção do patrimônio europeu, em detrimento de sua função como ferramenta efetiva de desenvolvimento local e de reconhecimento dos saberes-fazer tradicionais. Enfrentar esse desafio requer não apenas ajustes normativos, mas também a articulação de políticas públicas, capacitação institucional e reconhecimento dos sujeitos locais como protagonistas desses processos.

Notas

[1] Veja informativo do Mercosul: aqui.

[2] Vejam dos dados em "visão global, Mercosul, exportação para U.E. no ano 2025, US\$ FOB/CIF = 49.496.941.177,56 (14,7%)" perdendo somente para a China; aqui.

[3] No Brasil, a normatização dessa proteção veio com a Lei de **Propriedade Industrial**, em 1996 (Lei nº 9.279), que previu este instituto e pelos tratados internacionais: Acordo sobre Aspectos dos Direitos de **Propriedade Intelectual** Relacionados ao Comércio - ADPIC/TRIPS - conforme publicação no DOU 31/12/1994 e a Convenção de Paris para proteção da **propriedade industrial** - Promulgada pelo Decreto-Lei nº 75.572 de 08/04/1975 e pelo Decreto nº 635, de 21/08/1992, bem como decretos e portarias específicos: aqui. Veja, ainda, mais sobre a história da IGs na Europa em ISLA, Anne. "La géotracabilité dans le secteur vitivinicole : construction institutionnelle du marché". Revue d'économie industrielle, nº 149, 2015, p. 73-102; e GIRARDEAU, Jean-Marc. The Use of Geographical Indications in a Collective Marketing Strategy: The Example of Cognac. WIPO, Symposium on the

International Protection of Geographical Indications, Somerset West, South África. 1999. OMPI, publicação n° 764.

[4] Veja Artigo 13.35 do Acordo Comercial Interino UE-Mercosul (ACI), conforme apresentado ao Conselho da União Europeia e ao Parlamento Europeu em 3 de setembro de 2025, aqui.

[5] Aqui.

[6] Aqui.

Anita MattesÉ Doutora Pela Université Paris-Saclay

Índice remissivo de assuntos

Desenho Industrial	2,3
Direitos Autorais	6,7
Marco regulatório Anvisa	8
Marco regulatório INPI	2,3,4,5,9,10,11
Patentes	1,2,3
Propriedade Industrial	9,10,11
Propriedade Intelectual	1,2,3,9,10,11